

A união dos municípios pela educação




Benjamin Ribeiro*

A qualidade do ensino público brasileiro tem sido alvo de muitas críticas, e o desempenho das escolas sempre fez parte das tristes estatísticas mundiais. Mas uma notícia divulgada recentemente nos traz alento e alguma perspectiva de melhorar esse quadro. Um modelo de arranjo educacional, homologado pelo Ministério da Educação (MEC) no início do ano, já funciona em mais de 200 municípios brasileiros.

Na tentativa de melhorar a qualidade de suas escolas públicas, mais de duas centenas de municípios estão se organizando em “redes” educativas, contando, também, com a colaboração de empresas. A ideia é que essas parcerias sirvam para as cidades trocarem experiências e bus-

carem soluções para problemas que, sozinhas, não teriam condições de resolver, na área educacional. Trata-se de um novo modelo de gestão pública, com a denominação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação, concebido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), agora com a aprovação do MEC, que normatizou os arranjos.

A ideia é bastante interessante e consiste em enxergar o País em territórios, e não dividido por municípios, a maioria deles com população com menos de 3 mil habitantes, com índices socioeconômicos bastante semelhantes, localizados em zonas rurais, vivendo muitas dificuldades em comum, tais como evasão escolar, reprovação, abandono e distorções entre a idade e a série



dos alunos. Mozart Neves Ramos, autor da resolução, afirma que trabalhar com 300 territórios em vez de 5 mil municípios facilita a definição e o monitoramento de estratégias, garantindo a continuidade das políticas públicas.

A educação brasileira ainda apresenta problemas estruturais graves que, segundo especialistas, não devem ser resolvidos em curto prazo. Embora o País tenha universalizado o Ensino Fundamental, itens como Educação Infantil, evasão do Ensino Médio e qualidade da aprendizagem persistem como grandes gargalos do sistema.

O relatório final do Plano Nacional de Educação (PNE) é a base da política educacional brasileira para os próximos 10 anos e

contempla, segundo seus formuladores, os desafios que o setor deverá enfrentar, inclusive reivindicando um aumento substancial de verbas para o ensino público. Entendo que somente a elaboração de planos, sem contemplar a continuidade administrativa, não resolve os problemas de gestão. Tenho a firme convicção de que, para que um bem elaborado projeto educacional tenha êxito, são necessários mais de 20 anos de ações, sem mudanças de rumo a cada troca de mandatário ou de ministro.

Temos um enorme objetivo a atingir, principalmente na esfera educacional, e precisamos começar já, primeiramente com um planejamento bem elaborado e duradouro, que garanta a

continuidade do trabalho. Para aprimorarmos a educação, é necessário começar da base, pois é no alicerce que criaremos as condições básicas para uma educação e um desenvolvimento de qualidade. A criação das miniredes de municípios pode ser a largada tão esperada e necessária para que os profissionais que trabalham com a base da educação tenham condições e oportunidades de desenvolver sua tarefa. Agora só nos resta torcer e apoiar, pois a escola particular está sempre presente quando é chamada a aprimorar a qualidade do ensino que oferece. ■

*Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieesp)

benjamin@einstein24h.com.br